

❑❑ CÍNTIA VIRGÍNIA SALES ❑❑

HOUE DITADURA NO BRASIL?

Discutindo 1964-1985 na sala de aula



ADOTE
UMA MEMÓRIA
CONSTRUA NOSSA HISTÓRIA

DISCUTINDO 1964 -1985 NA SALA DE AULA

Proposta pedagógica

Autora: Cíntia Virgínia Sales

Orientadora: Prof^{fa} Dra. Juliana Andrade

Projeto Gráfico: Andreza de Souza (Inove Primer)

Recife, 2021.

Dissertação em Ensino de História – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

LISTAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

AI-5 - Ato Institucional N°. 5

AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem

BNDigital - Biblioteca Nacional Digital

BNM - Brasil Nunca Mais

CIA - Central Intelligence Agency

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNV - Comissão Nacional da Verdade

DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social

FBI - Federal Bureau of Investigation

FIFA - Federação Internacional de Futebol

FSP - Folha de São Paulo

GR - Guerra Revolucionária

GT - Grupo de Trabalho

JB - Jornal do Brasil

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou

Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais

e demais orientações sexuais e/ou identidades de gênero

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OESP - O Estado de São Paulo

STM - Supremo Tribunal Militar

LISTAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Características das equipes	37
Quadro 2	Mapeando o projeto de trabalho	50

LISTA DE INFOGRÁFICOS

Infográfico 1	Estruturação da Doutrina de Segurança Nacional	13
---------------	--	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Garrincha do Botafogo e Pelé do Santos compartilham uma piada antes de um jogo em 1963	39
Imagem 2	Print do site FolhaPress	41
Imagem 3	Pelé comemorando a vitória da Copa de 1970 com o presidente	42
Imagem 4	Presidente Garrastazu Médici comemorando a Copa do Mundo de 1970	42
Imagem 5	Charge do Jornal do Commercio (RJ) de 3 de junho de 1970	43
Imagem 6	Matéria do Jornal Folha de São Paulo de 22 de junho de 1970	43

SUMÁRIO

1. Apresentação	6
2. Proposta Pedagógica?	7
3. Discutindo a Historiografia	9
3.1 Ditadura ou Revolução?	10
3.2 Revisão historiográfica	11
3.3 Só falamos da violência dos militares? E a esquerda? A teoria dos dois demônios.	17
3.4 Ditadura ou “Ditabranda”?	22
4. Estrutura do Projeto de Trabalho	25
4.1 Projeto de trabalho na sala de aula: uma experiência prática	27
4.1.1 Conhecimentos prévios	30
4.1.2 Tema-gerador (tema-problema)	32
4.1.3 Estímulo à cooperação	27
4.1.4 Estabelecimento de conexões e questionamentos	32
4.1.5 Diversidade de fontes	33
4.1.6 A multiplicidade de caminhos para a aprendizagem	34
4.1.7 Atividades manuais	34
5. Como construir um Projeto de Trabalho	36
5.1 Mapear os conhecimentos prévios	36
5.2 Explicar o trabalho com projeto	36
5.3 Aula para introduzir a discussão propriamente dita	37
5.4 Aula teórica tema “Futebol - quase uma unanimidade nacional”	38
5.5 Aula teórica tema “Navegar é mais do que preciso”	47
6. O projeto	50
7. Observações Finais	56
8. Referências	57

APRESENTAÇÃO

Caro(a) colega professor(a),

O trabalho do (a) professor (a) de História é uma prática desafiadora no momento em que fazemos constantemente escolhas como discutir determinados assuntos, a seleção de materiais que podemos utilizar para estimular a curiosidade dos estudantes e as atividades que serão propostas. Entretanto, para além dessas questões, que são comuns para todos os docentes, temos um desafio a mais: como trabalhar com temas sensíveis?

Discutir o período entre 1964 e 1985 causa em nós, professores, tensões e embates: como trabalhar memórias familiares e sociais em sala de aula? Esses relatos memoriais entrarão em conflito com a historiografia tradicional? Quais estratégias pedagógicas poderão ser utilizadas para debater com profundidade as transformações sociais ocorridas no Brasil e na América Latina a partir dos anos 1960?

A prática de sala de aula nos permite ter a clareza de que determinados assuntos deveriam ser tratados com mais profundidade. Um deles é a emergência dos governos ditatoriais na América Latina.

Munida de tais questões e inquietações, percebemos que ao trabalharmos com projeto de trabalho possibilitamos aprofundar a temática através da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Neste material, você, professor (a), encontrará sugestão de como executar um projeto de trabalho com o temática da Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional, bem como sugestões de textos, vídeos, músicas e o passo-a-passo do projeto. Entretanto, caso não seja viável a realização do projeto por completo, poderá ser realizado por partes, ou seguir as sugestões de aula.

Essa Proposta Pedagógica faz parte do compartilhamento da experiência de duas professoras de História que utilizam como recurso didático a execução de um projeto de trabalho. Nossa preocupação maior é que o conhecimento histórico sobre um passado que não passa faça parte de uma educação voltada para os Direitos Humanos, e que seja significativa e apropriada para a vida prática dos estudantes.

Cíntia Virgínia Sales

O professor de História da educação básica, sobretudo aqueles que trabalham com o Ensino Médio, tem vivenciado em sua prática docente situações inusitadas nos últimos anos. Questionamentos quanto à coerência das narrativas históricas, falas agressivas de estudantes vinculados ao revisionismo e negacionismo, o crescimento dos movimentos anticientíficos e anti-intelectuais através da ação das fake news (notícias falsas) espalhadas pelas redes sociais, questionamento quanto à liberdade de cátedra, ou seja, o direito que assiste o professor de exteriorizar e de comunicar seus conhecimentos no exercício do magistério colocado em xeque.

Entendemos que o espaço escolar em vários momentos sente, em maior ou menor grau, dificuldades de trabalhar com temas sensíveis, com discussões que tratam da violação de Direitos Humanos as quais evidenciam as discrepâncias entre o que é reconhecido pela historiografia tradicional e pelos discursos memoriais contraditórios. Todavia, a conjuntura recente tem tensionado ainda mais o ambiente escolar e a História em relação a que assuma a posição educativa perante as desigualdades e arbitrariedades ocorridas no tempo histórico. Dessa forma, o ensino de história tem sido um espaço de luta e resistência ao se propor a educar para os Direitos Humanos. (ANDRADE *et al.* 2018).

Discutir, no espaço escolar, as ditaduras implementadas no Brasil e no Cone Sul se trata de situar os crimes cometidos pelo Estado e, apoiado por parcela significativa da sociedade, em uma engrenagem complexa que só recentemente vem sendo sistematicamente denunciada como crimes de lesa-humanidade por organismos internacionais.

Mas como discutir um assunto tão espinhoso?

Defendemos a criação de estratégias pedagógicas para tratar de temas sensíveis como a Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional no Brasil em 1964-1985 e assim disputar a narrativa através da Historiografia e do Ensino de História, cujos objetivos são também denunciar as fragilidades dos argumentos na Era da Pós-Verdade.

Ao compreendermos as situações de violações dos Direitos Humanos ocorridas no passado recente, através do ensino de história o estudante pode compreender a dor do outro, e assim, possivelmente refletir sobre os mecanismos de violações atuais.



Nesse cenário, reconhecemos a importância do papel do professor ao assumir os riscos em tratar de questões sensíveis, pois ao ter a clareza de estar lidando com uma temática controversa, de tantas disputas de narrativas, torna-se de suma importância um espaço que garanta segurança para os docentes e discentes. Pois, o que se pretende, antes de mais nada, é evidenciar o silenciamento de pontos poucos conhecidos sobre a ditadura, é ter disposição para a complexidade do tema.

Um projeto escolar do modo que compartilhamos neste material surge como um caminho, um auxílio para que o professor consiga enfrentar os riscos de tratar questões sensíveis ou controversas com mais recursos/informações.

Nosso compromisso é de discutir, problematizar e gerar aprendizagem significativa quanto à Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional de 1964-1985 no Brasil. E, mais especificamente, em discutir o conceito de Doutrina de Segurança Nacional; debater sobre a participação dos civis na instalação da ditadura; problematizar os conceitos: memória, ditadura, revolução, golpe, Doutrina de Segurança Nacional, Terrorismo de Estado; trabalhar relatos de memória na sala de aula e possibilitar o trabalho artístico na aula de História através de um projeto de trabalho.

O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) possibilitou que a nossa atividade docente em projeto de trabalho escolar se tornasse prática pedagógica de qualquer professor. Como pré-requisito do ProfHistória, o professor-pesquisador tem que entregar à sociedade uma dissertação somada a um produto que possa ser utilizado na prática por qualquer pessoa.

Diante de diversas possibilidades de produto, escolhemos um material que servisse de orientação aos professores que queiram executar um projeto de trabalho como o Projeto Adote uma Memória: Constru nossa História o qual executamos e aqui compartilhamos.

Em quase todos os materiais didáticos para o ensino de história – livros, parâmetros, orientações curriculares, projeto político pedagógico – constam como objetivos: desenvolver o senso crítico dos estudantes, leitura analítica de fontes históricas e compreender as dinâmicas sociais através do tempo.

Entretanto, temos percebido o crescimento da crítica à nossa atuação como docente, justamente pelo fato de incentivarmos os estudantes a desenvolver a autonomia, a interpretar os múltiplos discursos, e não confiar em verdades absolutas. Ao contrário, valorizamos um dos pressupostos da ciência, sobretudo para nosso campo: a pesquisa constante.

A História enquanto conhecimento científico está em constante transformação através do acesso a novas fontes e novas interpretações sobre o passado histórico. No caso dos estudos sobre a última ditadura no Brasil, o acesso à documentação ou acervo, outrora indisponíveis, promove novos olhares, novos questionamentos.

Não só o acesso à documentação nos proporciona a desenvolver novos entendimentos sobre o conhecimento histórico. Um exemplo foi compreender o processo de regimes ditatoriais na América Latina, mas precisamente no Cone Sul, através de uma abordagem relacional, em que se analisa as similaridades e diferenças que ocorreram nesses países.

Porém, o revisionismo realizado por comentaristas de canais populares nas plataformas digitais, com milhares de seguidores, sem preocupação com a pesquisa desenvolvida por historiadores tem causado conflitos narrativos sobre o passado histórico. Questões que a historiografia já havia entrado em consenso sobre os acontecimentos históricos voltaram à pauta, com a desinformação e as *fakes news* espalhadas pelas redes sociais e por canais da extrema direita. Entre os questionamentos levantados estão: o que ocorreu em 1964 no Brasil foi uma revolução e não uma ditadura; o regime não cometeu crimes, mas sim, protegeu a nação da ameaça comunista promovida por grupos de subversivos; o governo quase não matou criminosos durante o regime. Essas são algumas questões que chegam aos professores através da fala dos estudantes.

A questão não é que historiadores sejam os detentores da verdade absoluta. Mas o conhecimento científico executados por eles está vinculado ao rigor na investigação, o respeito às fontes, inclusive orais, bem como sua crítica, o investimento de tempo nas leituras; a vinculação com espaços reconhecidamente sérios de pesquisa como universidades, arquivos, bibliotecas,



museus, cuja vinculação é nacional e, muitas vezes, internacional. Portanto, a que se dar crédito a tais profissionais e ao campo de conhecimento que tratam da temática.

Com a motivação para adentrar em uma zona cinzenta, resolvemos debater nesta Proposta pedagógica pontos que surgem nas aulas de História, nas redes sociais e no cotidiano da sociedade brasileira.

Nesta seção vamos tratar um pouco sobre o entendimento sobre o tema da historiografia acerca dos acontecimentos decorridos dos anos de 1964-1985: se houve Ditadura ou Revolução; o que foi a Doutrina de Segurança Nacional; o que foi Terrorismo de Estado; quais práticas de violência foram executadas pelo Estado; e se é coerente pensarmos em uma ditadura branda (Ditabranda) no Brasil.

3.1 DITADURA OU REVOLUÇÃO?



A memória social sobre os anos que se segue após o dia 31 de março de 1964 é controversa. Para alguns, o que houve no Brasil foi uma típica ditadura, com tanques nas ruas e com militares no poder; para outros, uma revolução que coibiu que os subversivos (comunistas) realizassem um ditadura de esquerda.

A própria noção sobre temas sensíveis carrega complexidades para o ensino de História, como por exemplo as variações de significados: temas quentes, questões controversas, educação para a paz, educação para a democracia, educação para a cidadania, história emotiva. E cada termo reflete determinada carga emocional. Também sofre variações dependendo do autor e seu lugar de fala. De forma geral, o termo se refere a questões que não foram ainda apaziguadas pela sociedade, ainda tocam em pontos nevrálgicos, que carregam múltiplas interpretações e as quais estão em disputa. (EUGENIO, 2018).

Somada à polissemia de expressões que qualificam as narrativas que iremos abordar, adotamos a expressão “temas sensíveis ou controversos” os quais se referem, no Brasil, às discussões relacionadas às questões étnico-raciais e à Ditadura Civil-Militar. Contudo, essa expressão pode ser utilizada em diversos contextos históricos e a vários grupos minoritários, referindo-se a questões que ainda causam dor, sensibilidade em determinado grupo social ou que apresente dificuldade em ser discutido.

Segundo Alberti (2014, p. 2)

[...] Tais temas envolvem a ideia de que injustiças foram cometidas no passado contra pessoas ou grupos, podendo levar a disparidades entre o que é ensinado nas aulas de história e o que é transmitido nas histórias familiares ou comunitárias. Observa-se que estamos no terreno das



memórias em disputa, que tem na escola um de seus palcos políticos talvez mais evidentes.

Partilhamos da visão da autora que identifica a ditadura civil-militar implementada no Brasil a partir de 1964 como um tema sensível em razão do autoritarismo a que está vinculado, pelo uso de violência por parte do Estado e, por haver um forte embate de narrativas.

São temas sensíveis não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas, principalmente, porque não há ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre o que dizer e como falar sobre esse passado. Em muitos casos, os processos de memória, trauma e reparação ainda estão em curso e diferentes versões ainda estão em disputa – tanto na memória como na história. (ARAÚJO, 2013, p. 9).

Uma das questões nevrálgicas são os embates narrativos sobre o período 1964-1985 se correspondem a um regime ditatorial ou um regime revolucionário. A partir da instauração do regime foram construídas narrativas para explicar o que estava acontecendo no Brasil.

No decorrer dos anos seguintes a 31 de março de 1964 foram construídas narrativas para explicar o que estava havendo.

Para os movimentos de esquerda, o Brasil estava passando pela instauração de uma ditadura militar, assim como aconteceu em outros países da América Latina. O acirramento entre os projetos políticos (Capitalismo x Comunismo) foram cruciais para a instalação de golpes de Estado nos países do Cone Sul.

Para os apoiadores dos governos militares, o que houve no Brasil não foi um regime de exceção, não foi um golpe, mas sim uma revolução, justamente por ir contra ao projeto comunista que as esquerdas queriam implantar no país, a Ditadura de Esquerda ou do Proletariado. Para fundamentar o argumento de que não era uma ditadura, seus apoiadores recorrem ao fato de haver eleições e sua “legalidade”; existir uma constituição, mesmo sendo implantado Atos Institucionais quando se queria reformular uma lei; a existência dos três poderes, mesmo com políticos terem sido cassados, seu direito político revogado e tendo que pedir asilo ou fugir do país; e a alternância entre os presidentes.

3.2 REVISÃO HISTORIOGRÁFICA



Para os historiadores não há dúvidas de que se instaurou no Brasil a partir de 1964 uma ditadura, pois apesar de certa legalidade, das eleições, houve um sistema político, econômico, social, educacional, cultural baseado em pressupostos não democráticos.



Os estudos mais recentes sobre o tema vinculam a ditadura brasileira ao contexto do Cone Sul. Para esse grupo de historiadores e historiadoras o que se estruturou faz parte de uma engrenagem complexa chamada Doutrina de Segurança Nacional, que se utilizou do Terrorismo de Estado e da cultura do medo como pressupostos para sua manutenção.

De maneira sucinta, afirmamos que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ser uma formulação da Escola Superior de Guerra (ESG) quanto à maneira pela qual o Brasil iria enfrentar as ofensivas dos insurgentes. A DSN foi responsável pela formação de civis e militares, formulou a ideia de um inimigo interno (comunistas, a princípio), passou a compreender a importância da informação para a estruturação e manutenção da ditadura, reorganizou o aparato estatal para dar conta da informação, pensou estratégias de contra-informação (entre elas, propagandas a favor do governo), arquitetou o Terrorismo de Estado e a cultura do medo.

Com a DSN a Guerra Revolucionária (GR) seria combatida, o inimigo interno aniquilado. Para tanto o sistema de informação existente desde a ditadura do Estado Novo foi reconfigurado, dessa forma o aparato estatal criou novos órgãos e/ou rotinas.

O combate ao inimigo (comunistas, insurgentes, ameaças à nação) foi realizado internamente, como também extrafronteiras, a exemplo da Operação Condor.

De acordo com o site da Comissão Nacional da Verdade (CNV)

A Operação Condor, formalizada em reunião secreta realizada em Santiago do Chile no final de outubro de 1975, é o nome que foi dado à aliança entre as ditaduras instaladas nos países do Cone Sul na década de 1970 — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai — para a realização de atividades coordenadas, de forma clandestina e à margem da lei, com o objetivo de vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer militantes políticos que faziam oposição, armada ou não, aos regimes militares da região.

[...] A Comissão Nacional da Verdade examinou um conjunto de documentos, obtidos junto a acervos no Brasil, Argentina, Estados Unidos e Paraguai, que atestam a participação de órgãos e agentes da ditadura brasileira em atividades que, no marco da Operação Condor, serviram para a preparação de operações clandestinas que resultaram em graves violações aos direitos humanos de cidadãos brasileiros no exterior, assim como de estrangeiros no Brasil. (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2021).

Com a DSN o desenvolvimento do país passa a ser uma questão de segurança nacional, portanto, os militares passaram a se ver também como administradores. A conduta militar será, portanto, marcada por um alto grau de politização.



Infográfico 1 - Estruturação da Doutrina de Segurança Nacional



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Mas afinal de contas por que a História afirma que houve ditadura? Para respondermos essa questão, primeiro é necessário entendermos o que é Ditadura?

De acordo com Bobbio (1998)

A Ditadura apresenta, preferivelmente, uma ruptura da tradição. Instala-se utilizando a mobilização política de uma grande parte da sociedade, ao mesmo tempo que subjuga com a violência uma outra parte. E não pode garantir sua continuidade, de modo ordenado e regular, nem com o processo democrático, de que é a negação, nem com o princípio hereditário, que contrasta com as condições políticas objetivas e com sua pretensão de representar os interesses do povo. Daí o caráter precário das regras de sucessão no poder. (BOBBIO, 1998, p. 371).

Problematizando o que o cientista político Bobbio (1998) conceituou acerca da ditadura, as historiadoras Quadrat e Rollemberg (2010) argumentam



que a ditadura é um produto social, ou seja, foi a sociedade brasileira que em seu período democrático deu condições para implantação do regime ditatorial no Brasil. E mais, essa realidade não ocorreu de forma isolada em nosso país, foi um processo que ocorreu em vários países da América Latina.

Novos estudos têm se concentrado em desconstruir o antagonismo recorrente dos regimes de exceção. Tais pesquisas, ao contrário, propõem-se a problematizar personagens da ditadura, alguns identificados como quase não humanos: torturadores, militares, informantes; outros apagados da memória: empresários, donos de jornais, jornalistas colaboracionistas, jogadores de futebol, que depois se tornam agentes da ditadura. São homens e mulheres considerados “normais” que sem eles, possivelmente a ditadura não teria se estruturado.

Para as autoras, não é mais concebível compreender os governos autoritários e as ditaduras a partir da dominação, da vitimização das massas, as quais passaram a ser vistas como incapazes de escolher outros caminhos; nem relacionar a ditadura unicamente com a repressão, o medo, a inexistência de ação ou pressão do povo; muito menos como regimes oclusos. Contrariamente, busca-se perceber como se estabelecem consensos e consentimentos, como se constituem relações entre Estado ditatorial e sociedade. “Nessa perspectiva, acredita-se que, uma vez gestada no interior das sociedades, as ditaduras não lhes são estranhas” (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, p.27).

Ou seja, ao apresentar tais questões complexas, percebe-se como civis comuns estiveram envolvidos com a gestação, legitimação e fortalecimento da ditadura.

Não sendo suportável acreditar que a barbárie foi aceitável, criou-se a figura do torturador não à imagem e semelhança de homens e mulheres, mas de seres loucos, monstros, anormais, como se o Mal não fizesse parte da humanidade. [...] Enquanto estivermos procurando torturadores sem rostos humanos, longe estaremos de compreender a barbárie como criação de homens e mulheres, gestada em nosso meio. (QUADRAT; ROLLEMBERG, 2010, p.13).

Da mesma maneira, a historiografia da América Latina tem questionado as invisibilidades, os silenciamentos. Quanto mais se tem acesso aos documentos das ditaduras de segurança nacional mais se sabe como, por exemplo, os locais de tortura estavam em perímetros urbanos, portanto, não há que se falar de *porões* da ditadura. E há muito para se falar sobre as relações de ambivalência entre pessoas e instituições com os regimes ditatoriais.

Para os militares e para boa parte da sociedade civil da época, a chegada dos militares ao poder, foi consagrada como uma Revolução a qual evitou “a



marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra” - Declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em julho de 1964. (ROLLEMBERG, 2010, p.103).

Logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fez sentir de maneira sensível e insofismável. De uma à outra extremidade da pátria transborda dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente. (ROLLEMBERG, 2010, p. 104).

Para outra instituição de grande peso social, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rollemberg (2010, p. 105) reafirma a “diversidade de posições nos debates” em relação ao regime que se instaurou no Brasil. Mas reforça que houve unanimidade no momento do golpe, pois em documento oficial do órgão encontra-se escrito que a ordem felicitava os “os homens responsáveis desta terra que erradicavam o mal das conjuras comuno-sindicalistas, proclamando que a sobrevivência da nação Brasileira se processou sob a égide intocável do Estado de Direito”.

Ao tratar de outra entidade que teve uma relação ambígua com a ditadura, Rollemberg (2010) elenca os vários momentos de aproximação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) com os presidentes militares. Entretanto, é importante frisar que essa relação não foi só de aproximação, foi também de relutância. Entretanto o que não podemos perder de vista é esse movimento de apoio/rejeição e o questionamento do mito da resistência, ou o superdimensionamento da memória da resistência. Como se a ABI tivesse durante toda a Ditadura Civil-Militar (1965-1985) atuado de forma homogênea e, essencialmente, democrática ao repudiar o arbítrio do regime desde o início.

A moção de aplausos, escrita pelos Conselheiros Ivo Arruda e Armando Pacheco, em março de 1968, dedicada ao presidente Costa e Silva “pelo respeito com que tem tratado a imprensa [...] demonstra a ambivalência a que Rollemberg (2010, p.130) se refere.



As ditaduras, os regimes autoritários não se sustentam exclusivamente por meio da repressão. São produtos da própria sociedade e, portanto, não lhe são estranhos. Legitimam-se em expressivos segmentos sociais. Ou, ainda, se sustentam na zona cinzenta, o espaço entre apoio e rejeição, o lugar no qual é possível atuar nos dois sentidos.

O que a historiografia recente defende é que se estabeleceram ditaduras civis-militares de segurança nacional no Brasil e em boa parte do Cone Sul, mas que essas não se configuram como algo à parte da sociedade. E mais, as relações que entidades e os indivíduos estabeleceram com elas, foram relações ambivalentes, não dicotômicas, antagônicas. Criou-se, portanto, ligações de apoio/rejeição. Ou seja, relações capazes de serem a favor e contra a ditadura ao mesmo tempo.

Recuperar essa história, desconstruir a memória unipolar, sem ambivalências, é romper com as versões entrincheiradas, muradas em campos bem definidos. É superar as confortáveis dicotomias, os fáceis maniqueísmos. É refletir por que a lenda se tornou realidade. É explicar sua capacidade mobilizadora e impulsionadora da ação política concreta. É, enfim, compreender culturas políticas que explicam os 21 anos de ditadura, a lenta transição de 11 anos, sempre sob o controle dos militares e/ou dos antigos políticos da Arena. É desvendar a construção da memória que exclui os civis do golpe e da ditadura, que persiste e insiste em desconhecer a História, fechando, assim, os caminhos para a compreensão do presente. (ROLLEMBERG, 2010, p.133).

A memória que se construiu no período pós-ditadura sobre tais entidades e sobre a sociedade civil, é que o governo ditatorial foi uma produção exclusivamente dos militares os quais dominaram por meio da coerção e da violência a população. E ainda assim, todos resistiram. Portanto, se continuarmos pensando de forma simplista teremos dificuldade de responder:

- Como os militares passaram tanto tempo no poder?
- Como conseguiram estruturar a Doutrina de Segurança Nacional de maneira eficaz?
- Como conseguiam obter tantas informações sobre os movimentos de esquerda?
- Se todos estavam na resistência quem foram as mais de dois milhões de pessoas que estavam nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo, Campinas, Santos, São Carlos, Curitiba, Londrina, Rio de Janeiro, Niterói, Maceió, Natal, Recife, Brasília,



Teresina, Florianópolis, Belo Horizonte, Uberlândia, Goiânia e Fortaleza? Isso para falar apenas das concentrações com mais de 25 mil pessoas.

- Só militares compuseram o governo?
- E os jornalistas que deixaram suas redações para se tornarem técnicos de censura da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP)?

3.3 SÓ FALAMOS DA VIOLÊNCIA DOS MILITARES? E A ESQUERDA? A TEORIA DOS DOIS DEMÔNIOS.



Parcela da sociedade civil, Forças Armadas, juristas, políticos, mídia hegemônica defenderam e defendem a teoria dos dois demônios. Criada na Argentina pós-ditadura, esta teoria afirma que os agente do Estado cometeram atos de violência em decorrência da resposta à atitudes terroristas dos subversivos.

O Brasil incorporou a tese dos dois demônios, na documentação oficial produzida no período pós-regime, nas entrevistas dos militares, nos discursos de juristas e políticos.

Em 2019, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, em resposta ao Presidente Jair Messias Bolsonaro que desejava comemorar o Golpe Civil-Militar de Segurança Nacional de 1964, declarou:

A contraposição ideológica permitiu a realização de diversas agressões, que se constituíram em fatos típicos criminais, praticados, de um lado, pelo Estado forte e monopolizador do aparelho organizatório e, de outro, por núcleos de cidadãos ideologicamente contrários. Não obstante o desnível de potencialidade ofensiva exercida durante os tempos de beligerância é preciso observar que tanto houve agressões praticadas pelo Estado – por meio de seus agentes repressores – quanto por intermédio de cidadãos organizados politicamente, em derredor de um direcionamento político. (OLIVEIRA; REIS, 2020, p. 19).

Segundo Bauer (2014) a teoria dos dois demônios é uma maneira de compreender as ditaduras civis-militares do Cone Sul da América a partir de uma visão de equiparação ética. Em que havia dupla responsabilidade – esquerdas e militares – sobre a violência própria das ditaduras civil-militares de segurança nacional.

Essa interpretação hegemônica dos governos autoritários da América Latina ameniza a responsabilidade da sociedade civil e atribui apenas aos militares e às organizações guerrilheiras a responsabilidade da violência.



Entretanto, estudos como o de Aarão (1999) apontam na direção de responsabilizar além das Forças Armadas, parte da população brasileira que incentivaram, apoiaram e legitimaram o golpe. Esse deslocamento de sentido tem como objetivo responsabilizar as coletividades sociais pelas ações das ditaduras que fabricou o terrorismo de Estado.

Aarão (1999, p. 6) afirma que houve deslocamentos de sentidos conscientes ou não, dentre os quais se pode citar: a reconfiguração dos revolucionários em resistência democrática; o discurso de que as ações armadas sem muita articulação e pequenos grupos políticos foram responsáveis por transformar o Brasil em um campo de guerra sujo, vil e que para combatê-los, os militares usaram igualmente do jogo sujo – ou seja, da tortura “(nas entrelinhas pois jamais seriam explicitamente mencionadas, ou reconhecidas, do lado da ditadura)”; e que a sociedade civil lutou durante toda a ditadura pela sua superação, havendo, portanto, um compromisso com a resistência, e que “a ditadura foi considerada corpo estranho”, “a sociedade brasileira não só resistira à ditadura, mas a venceu”, “reconhecendo-se como essencialmente comprometida com os valores democráticos, se auto-absolve de qualquer transação com a ditadura”.

Uma parcela da sociedade argentina e da brasileira procurou desvincular-se do passado de apoio ou de omissão às ditaduras, através de uma série de deslocamentos de sentido. Sabe-se que esses regimes foram civil-militares devido à composição da estrutura burocrática e ao apoio recebido de grupos eclesiais, empresariais, das mídias e dos próprios cidadãos. Porém, durante os processos de transição política, procurou-se construir uma imagem dessas sociedades como “vítimas” das estratégias de implantação do terror, elaboradas e executadas “única e exclusivamente” pelas Forças Armadas, ignorando a intolerância geral com o outro, características das sociedades dos dois países, evidenciada principalmente pela disposição de aniquilação do “inimigo”. (BAUER, 2014, p. 120).

A disputa pela narrativa sobre o período de 1964-1985 beneficiou a elite brasileira que com o crescimento da desigualdade social, a concentração de renda, a participação em altos cargos na máquina pública, a não taxação de suas grandes fortunas (um dos objetivos da reforma fiscal proposta pelo Governo João Goulart); e os movimentos de esquerda, mas não só eles, como também os trabalhadores e as trabalhadoras pobres do campo e da cidade, a comunidade LGBTQIA+, os miseráveis, a imprensa contra-hegemônica; demonstra que a teoria dos dois demônios não tem fundamentos para quem sofreu com os 21 anos de ditadura civil-militar.



A Doutrina de Segurança Nacional que se valeu do Terrorismo de Estado e da cultura do medo, não pode ser comparada com entidades das esquerdas que defendiam a luta armada as quais por circunstâncias da contraposição do golpe e pela defesa de uma revolução de esquerda pegaram em armas, sequestraram embaixadores e diplomatas, desapropriaram bancos. A DSN estruturou uma política elaborada pelo Estado Brasileiro para sequestrar, torturar, assassinar, desaparecer com os corpos, cercear a crítica de toda e qualquer forma, e assim controlar a sociedade. Salientamos que não houve um enfrentamento equânime, uma paridade de armas e igual meios de atuação, muito menos uma guerra suja da esquerda que – para alguns – justificaria o Estado agir de forma arbitrária e violenta.

Não podemos perder de vista que o Terrorismo de Estado implementado em todas as ditaduras do Cone Sul, entre as décadas de 1960 a 1980 foram máquinas de violações de Direitos Humanos.

A atuação dos movimentos sociais foi decisiva para a superação da ideia de que, na Argentina, os “dois demônios” se equivaliam. A partir daí, a rede de ativistas passou também a contar com o engajamento de advogados e autoridades estatais compromissados com o desenvolvimento da justiça transicional e dispostos a exigir do Poder Judiciário a responsabilização criminal dos agentes de Estado que perpetraram graves violações aos direitos humanos das vítimas, o que gerou o fenômeno da “cascata da justiça” (SIKKINK, 2011). Foi preciso desmistificar a ideia de que ambos os lados do conflito, Estado e movimentos de resistência, dispunham de paridade de armas e meios de atuação para que a etapa mais sensível da justiça de transição na Argentina pudesse seguir adiante, situação similar à ocorrida em outros países da região (Chile, Uruguai etc.), mas que não teve o mesmo desfecho no Brasil. (OLIVEIRA; REIS, 2020, p. 15).

A teoria dos dois demônios foi utilizada no período autoritário de 1964-1985, na elaboração da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei de Anistia) como parte do que Bauer (2014) afirma como política de desmemória e esquecimento que teria como objetivo: assegurar a perpetuação das memórias e versões oficiais acerca do Terrorismo de Estado; tornar sem valor as “batalhas da memória”, assegurando a “memória oficial” sobre 1964-1985 e não reconhecendo as memórias emergentes, tratando-as como “uma ameaça para o processo político em curso”; assegurar a “impunidade e a imunidade dos agentes dos aparatos de informação e repressão, através da promulgação de leis de anistia e de medidas simbólicas para garantir o silenciamento, através da “interdição do passado”. (p. 135).



Os estudiosos da temática são inclinados a pensar a anistia brasileira mais como um consentimento da ditadura, do que uma verdadeira conquista dos movimentos sociais. Pois as entidades que lutavam pelo cumprimento da justiça, e não para que o Estado se valesse de suas prerrogativas para garantir a impunidade e a imunidade dos agentes públicos e civis que cometeram crimes. Entretanto, a anistia mostrou-se como uma estratégia política para desarticular a sociedade civil organizada contra o regime, bem como diminuir sua pressão.

Assim, a anistia pode ser entendida como uma medida que procurou desarticular um amplo movimento social que se mobilizara desde a promulgação do primeiro Ato Institucional e, mais organicamente, nos Comitês pela Anistia, a partir de 1974. Conforme diz Márcio Seligmann Silva, “temos que ter a coragem de perceber que esta lei, tal como ela foi feita, significou também mais um ato de arbítrio dentro da série de disparates político-jurídicos dos governos da ditadura”. Esses núcleos onde se agregaram os familiares de mortos e desaparecidos políticos foram os únicos movimentos da sociedade civil que trataram da questão como política e pública. (BAUER, 2014, p. 156).

As lutas encampadas pelas entidades de Direitos Humanos e pelos familiares dos presos e perseguidos políticos estiveram não apenas ligada com a necessidade de responsabilizar penalmente os envolvidos, mas também, com um forte elemento ético, moral e político. A impunidade só pode ser solicitada pelo Estado. Quando isso ocorreu, durante a Ditadura Civil-Militar brasileira que favoreceu os repressores.

Bauer (2014) argumenta que o Estado Brasileiro durante a transição política criou a categoria “cidadão invisível”, eram eles: presos políticos, torturados, exilados, banidos, mortos e desaparecidos pois se tornaram imperceptíveis para o Estado e para as políticas que estavam sendo criadas. Com a anistia e os atestados de morte presumida, o Estado dava por encerrado esse capítulo da história já que havia realizado o seu papel.

A maneira como a transição brasileira configurou-se, demonstra o empenho dos militares e civis envolvidos com os crimes políticos em excluir da história a memória do terror e anular os conflitos decorrentes desse silenciamento. A própria Lei da Anistia foi um forte exemplo de mais essa violência perpetrada pelo Estado ao marginalizar da história coletiva a luta de exilados, ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos políticos como uma clara tentativa de “retirar-lhes o valor político durante o processo de distensão” (BAUER, 2014, p. 139).

A existência de crimes e as responsabilidades foram até certo ponto reconhecidas, mas sem a garantia do direito de memória, verdade e justiça. É



nesse sentido que a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12528/2011, pela então presidenta Dilma Rousseff, com o objetivo de apurar graves violações de Direitos Humanos.

A crítica realizada por políticos e comandantes militares com a CNV era pautada mais uma vez na teoria dos dois demônios, afirmando que a comissão deveria apurar os crimes cometidos também pelos grupos de esquerda armados, e não somente pelos agentes do Estado.

Entretanto, apesar de toda a pressão a CNV se estabelece e realiza o trabalho a que se propunha: apurar as violações de Direitos Humanos. Porém não conseguiu alcançar a tão sonhada - pelos órgão de Direitos Humanos e movimentos da esquerda - criminalização dos agentes do Terrorismo de Estado e da cultura do medo.

A teoria dos dois demônios, embora o termo em si não seja utilizado nos discursos de civis e militares, visa causar embaraço no imaginário da sociedade civil e dos que titularizam órgãos no Estado. Por meio de artifícios retóricos presentes em entrevistas, discursos e mesmo decisões judiciais, tenta-se equalizar qualitativa e quantitativamente as ações de violência dos agentes estatais e dos opositores da mais recente ditadura. O véu de penumbra gerado a partir dessa retórica serve como justificativa para “deixar as coisas como estão”, ou seja, impedir a rediscussão do passado e a punição dos que cometeram crimes de direitos humanos em nome do Estado. (OLIVEIRA; REIS, 2020, p. 20).

Portanto, criar a narrativa de que as violências impetradas pelo Estado Brasileiro como resultado da guerra suja desenvolvida pelas forças de esquerda, não tem sustentação na historiografia porque não houve um inferno com dois demônios, não existiu equiparação de forças. E a abertura lenta, gradual e segura assegurada com a Lei da Anistia perpetrou em mais uma prática do Terrorismo de Estado: arbítrios e violência.



3.4 DITADURA OU “DITABRANDA”?



No editorial da Folha de São Paulo do dia 17 de fevereiro de 2009, o jornal utilizou uma expressão que movimentou parcela da sociedade, a frase foi: “mas se as chamadas 'ditabrandas' – caso do Brasil entre 1964 e 1985”. Ou seja, no discurso do jornal o que houve em nosso território não foi uma ditadura propriamente dita - haja vista o número pequeno de mortos em comparação com os nossos países vizinhos – mas sim, uma ditadura de forma branda.

A preocupação que nos move não é discutir a polêmica que o termo causou com as notas ao jornal de dois professores da Universidade de São Paulo (USP) contestando o termo “ditabranda”; a resposta da Folha a estes; o abaixo-assinado em apoio aos professores subscrito por ex-presos políticos, familiares de mortos e torturados, dirigentes de entidades em defesa dos direitos humanos; além da manifestação organizada pelo Movimento dos Sem-Mídia que se reuniu no Ato de protesto contra a “ditabranda” em frente à sede do jornal.

Pretendemos discutir mais um elemento que comprova a guerra de narrativas em relação ao período. Temos como objetivo reafirmar o que o campo do Ensino de História e da Historiografia dizem a respeito desse embate.

Precisamos, enquanto docentes, problematizar o termo “ditabranda”, o qual com a onda negacionista passou a ser um termo utilizado, sobretudo nas redes sociais. Mas não só isso, vemos como esse termo carrega significados e defende uma reinterpretação acerca de nossa história recente. Que narrativa é essa? Por que afirmar que a ditadura no Brasil foi menos violenta em comparação a outros países da América Latina? Há fundamentos históricos para tal afirmação? Por que o jornal Folha de São Paulo utilizou essa expressão? Quais os interesses em divulgar essa terminologia?

Na historiografia brasileira há uma quantidade significativa de estudos que tratam da relação estabelecida entre a imprensa hegemônica (jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão) ligados a empresas comerciais da área de comunicação com tradição liberal e de grande poder de alcance da população) e os articuladores do Golpe Civil-Militar de 1964 e sua consolidação. (NAPOLITANO, 2017).

Alguns desses estudos mostram a participação direta da imprensa hegemônica na ditadura, ora emprestando carros para as operações de sequestro de “subversivos”, ora sendo um dos locais de recrutamento de profissionais para participarem dos órgãos de censura, ou ainda, abrindo as portas dos jornais para militares trabalharem como “jornalistas”, e, assim



monitorarem de perto os profissionais, além de alimentarem a população com informações de interesse do Estado. Ou seja, houve uma relação de cooperação entre a boa parte da “grande” mídia e o Estado brasileiro.

É notório o papel de tradicionais jornais diários brasileiros na conspiração que derrubou o presidente João Goulart, protagonismo assumido tranquilamente pelos seus donos e amplamente analisado pela historiografia (CAPELATO, 1988; SILVA, 2008; CARVALHO, 2010). Via de regra, mesmo críticos em relação à escalada do autoritarismo de Estado, os jornais nunca chegaram a romper global e totalmente com o regime militar, mantendo ora uma posição de críticos pontuais de determinadas políticas setoriais do governo, ora de interlocutores confiáveis. (NAPOLITANO, 2017, p. 347).

Entretanto, temos que ressaltar que a memória construída pelos meios de comunicação – em especial os jornais de grande circulação como Jornal do Brasil (JB), O Estado de São Paulo (OESP), Folha de São Paulo (FSP) e O Globo – sobre si, revela contradições e tensões em suas narrativas.

Para Napolitano (2017) não há que se pensar em uma grande mídia uníssona e elogiosa do regime militar por todo o período, ao contrário, ao analisar os editoriais dos períodos do que ele chamou de “dobras” do tempo histórico (pontos de virada do discurso), ele identificou que alguns desses jornais iniciam em 31 de março de 1964 aplaudindo a “Revolução” para nos anos 1980 se tornarem seus críticos. Outros jornais, no primeiro momento, eram críticos ao regime militar, e depois pararam de noticiar críticas ao governo. Como também houve “outros que acreditaram em uma 'ditabranda' de transição até que a edição do AI-5 lhes impedisse qualquer visão enviesada sobre a existência de uma ditadura de fato e de direito”. (p. 347).

Os editoriais desses jornais revelam não apenas suas vinculações com o regime, mas também mostram como essas questões são sensíveis. Nenhum dos jornais acima fizeram uma autocritica contundente revelando, inclusive, sua participação na elaboração, manutenção e sustentação do golpe. Ao contrário, preferiram criar uma memória de que fizeram firmemente crítica ao regime durante todo o período e participaram da luta democrática, criando a figura quase hegemônica da participação na resistência.

Ao nomear a ditadura civil-militar de 1964-1985 de “ditabranda” o editorial da Folha de São Paulo trouxe à tona as contradições e sutilezas da memória da imprensa liberal durante o período ditatorial. O silenciamento sobre as estratégias das elites liberais brasileiras, das elites dos vizinhos países do Cone Sul, do governo dos Estados Unidos da América, do governo francês na elaboração e consolidação do golpe foram silenciadas. E a experiência ditatorial foi suavizada. Sobre a política de Estado pensada, elaborada e executada como



Doutrina de Segurança Nacional que se estruturou com o Terrorismo de Estado e a cultura do medo, a imprensa igualmente cala.

Portanto, relativizar o terror implantado no Brasil e chamá-lo de “ditabranda” é mais do que desconhecimento, é um instrumento intencional de apagamento, silenciamento da memória da ditadura com objetivo de enfraquecer a luta por verdade, justiça e reparação histórica.

As estratégias usadas para disseminar o medo como forma de dominação política das populações basearam-se em métodos refinados de terror físico, ideológico e psicológico, assimilados de outras experiências e do desenvolvimento de doutrinas regionais próprias. As práticas que compõem essas estratégias variaram em intensidade e extensão, de acordo com os casos. Porém, todas possuem um núcleo comum, caracterizado pela produção de informações a partir da “lógica da suspeição”; pelo sequestro como forma de detenção; pela realização do interrogatório e da tradição inquisitorial das práticas policiais; pela presença das torturas físicas e psicológicas; pela censura e desinformação; e, principalmente, pela prática do desaparecimento forçado de pessoas, característica específica da repressão desses regimes. Acredita-se que, nesse período, desapareceram aproximadamente 90 mil pessoas, entre argentinos, chilenos, uruguaios e brasileiros. A consequência foi a formação de uma “cultura do medo” como condição necessária e o resultado estratégico esperado. (BAUER, 2014, p. 35).

Temos que superar o discurso construído por militares, imprensa liberal, parcela significativa dos altos empresários, várias instituições civis e religiosas, elite econômica de que a ditadura brasileira foi branda, agiu na legalidade, salvou o Brasil de um mal maior. Ou seja, que se não houvesse a “Revolução” o país entraria em uma guerra civil, logo as ações do Terrorismo de Estado foram necessárias.

De forma resumida, é possível dizer que a História afirma que paralelamente ao Terror, a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) foi responsável por agravar as desigualdades sociais no país, na década de 1960, 70, 80 e 90, a “década perdida”. A questão agrária, a falta de moradia para a população urbana pobre, a falta de vagas suficientes nas universidades, o diminuto financiamento da educação, o não direito ao voto dos analfabetos e dos militares de baixa patente foram alguns dos graves problemas que ampliavam a tensão social e que durante os 21 anos de ditadura não foram enfrentados. Portanto, concordamos e reiteramos que a Doutrina de Segurança Nacional, o Terrorismo de Estado e a cultura do medo além dos crimes e de violações de direitos humanos, agravou sobremaneira a vida dos mais pobres da cidade e do campo.

ESTRUTURA DO PROJETO DE TRABALHO

4

Trabalhar temas controversos, como a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 no Brasil, requer que o professor tenha a seu dispor alguns instrumentos que possa favorecer o seu trabalho na sala de aula. Defendemos que trabalhar com projeto de trabalho pode desencadear uma aprendizagem significativa. É, portanto, entre tantos, um caminho possível, mas não o único a estimular a aprendizagem.

Hernández (1998) defendeu que na sala de aula em vários momentos executamos atividades que nascem como projetos ou acabam se tornando um. Entretanto, quando o professor compreende bem a estrutura de um Projeto de Trabalho, terá mais subsídios em sua execução. Além do que poderá defender com mais segurança os caminhos a utilizar sobretudo diante da necessidade de incentivar os estudantes a participarem, como também convencer a gestão e atrair a comunidade escolar. É, portanto, a clareza do caminho que se quer percorrer e seus porquês.

Logo, o Projeto de Trabalho não tem uma fórmula pronta que surtirá efeito em todas as salas de aulas e com todos os públicos. É, na verdade, uma proposição de reinventar, recriar, repensar tudo o que talvez já fazemos há anos, mas com um novo olhar, percorrendo caminhos diferentes.

E que proposituras são essas?

É estimular os estudantes àquilo que Paulo Freire tanto defendeu em sua pedagogia, a autonomia do estudante, sendo estimulada através da curiosidade epistemológica.

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. [...] E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. [...] Nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos. (FREIRE, 1996, p.13).



Conforme Freire (1996), estimular a curiosidade epistemológica pode promover a criticidade do objeto, sua construção ou reconstrução tanto para alunos quanto para professores.

Entre a curiosidade ingênua e a epistemológica não há uma ruptura, mas sim uma superação. Ou seja, da curiosidade ingênua, sem deixar de sê-la, torna-se crítica (FREIRE, 1996).

Freire (1996), portanto, orienta o professor que percursos escolher para promover o conhecimento sobre determinado objeto: desperte a curiosidade!

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (FREIRE, 1996, p. 15).

Explica ele, a superação da ingenuidade para a criticidade não se dá de forma automática, é necessário o papel do educador-progressista no “desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil” (FREIRE, 1996, p. 15).

Ao nos alinharmos a uma educação transformadora temos como pressupostos desenvolver a criticidade e mais, temos um compromisso com a formação moral. Devemos, portanto, desconstruir o conhecimento dominante sobre a ditadura, estimular os estudantes a pensar sobre suas contradições, mas também atuar no mundo para combater retrocessos ditatoriais.

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante. (FREIRE, 1996, p. 38).

Dessarte, Freire nos estimula a sermos professores progressistas que estimulem nos estudantes a curiosidade epistemológica, a criticidade, a autonomia, a atuarem no mundo de forma que possam compreender a ideologia dominante e combatê-la.



4.1 PROJETO DE TRABALHO NA SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA



De forma resumida e sistemática baseada nas propostas de Hernández (1998), Freire (1996) e na Teoria da Aprendizagem Significativa, apresentaremos um projeto de trabalho cujos pressupostos elencaremos a seguir.

4.1.1 CONHECIMENTOS PRÉVIOS



De acordo com Ausubel (1918-2008) – criador da Teoria da Aprendizagem Significativa - a variável par importante para uma aprendizagem significativa é o conhecimento prévio do indivíduo, denominado por ele de subsunçor. Dessa forma, a aprendizagem significativa apenas se torna possível à medida que um novo conhecimento se relaciona de forma significativa e não arbitrária. Saber aquilo que o aluno já sabe, averiguá-lo e ensinar de acordo é, portanto, o fator mais importante para desenvolver a aprendizagem.

Apesar de a afirmação acima parecer simples, sabemos que não é. Ao falar em “aquilo que o aprendiz já sabe” significa dizer a estrutura cognitiva do estudante. Ou seja, algo que a Psicologia da Educação está há séculos estudando.

Soma-se a isso, o “averigue isso”, ou seja, investigue “os conceitos, ideias, proposições disponíveis na mente do indivíduo e suas inter-relações, sua organização” (MOREIRA, 2006, p.13).

Finalmente, “ensine-o de acordo” também é uma proposta com implicações nada fáceis, visto que significa basear o ensino naquilo que o aprendiz já sabe, identificar os conceitos organizadores básicos do que vai ser ensinado e utilizar recursos e princípios que facilitem a aprendizagem de maneira significativa. (MOREIRA, 2006, p.14).

Em nosso caso como poderíamos estimular os conhecimentos prévios?

Seguindo o modelo criado por Alegro (2008) pensamos na elaboração de um mapa conceitual para identificar os conhecimentos prévios dos estudantes. Pretendemos verificar os conteúdos (conceitos) aprendidos no Ensino Fundamental e no início do Ensino Médio.

Propomos como instrumento para a coleta de informações um diagrama, seguindo o modelo de mapa conceitual que nos possibilite a análise dos conhecimentos prévios dos estudantes. Através do instrumento



poderemos perceber informações acerca dos conceitos que os adolescentes consideram importantes e as relações que estabelecem entre os mesmos.

Esclarecemos, de forma simples, que mapas conceituais são diagramas que representam relações entre conceitos. Professores, nesse artigo Moreira (1997) explica de forma clara o conceito de Mapa Conceitual.

Para que os estudantes consigam se expressar através do mapa conceitual se faz necessária a explicação prévia do professor.

Professores, para mais informações sobre o uso de Mapa Conceitual, indicamos a leitura do artigo de Moreira (1997) abaixo:

<https://www.if.ufrgs.br/~moreira/mapasport.pdf>

Primeiramente, temos que apresentar o significado de conceito. E junto com eles debater o seu significado. Posteriormente, é importante explicar o que se pede no instrumento de coleta e orientá-los sobre a escolha dos conceitos e suas ligações.

Figura 1 - Modelo do instrumento de coleta oferecido aos alunos

Escola: _____ Turma: _____
Nome: _____ Idade: _____

1. Sobre o período do passado do Brasil, entre 1964 e 1985, que alguns chamam de ditadura, outros chamam de revolução. O que você sabe?

2. Escreva 10 palavras indicando as ideias mais importantes sobre o período, que descrevam o seu conceito.

AGORA OBSERVE O DIAGRAMA ABAIXO E RESPONDA:

3. Escolha a palavra que indique o conceito mais importante entre os que você escreveu – aquela que expressa a sua ideia mais geral sobre o tema escolhido na tarefa. Escreva-a no topo do diagrama.

4. Organize as demais palavras em dois grupos de assuntos de forma que fiquem perto umas das outras aquelas que melhor se relacionarem.



5. Distribua as palavras nas colunas, por ordem de importância, considerando que explicam o conceito escrito no topo. Escreva estas palavras nos retângulos.

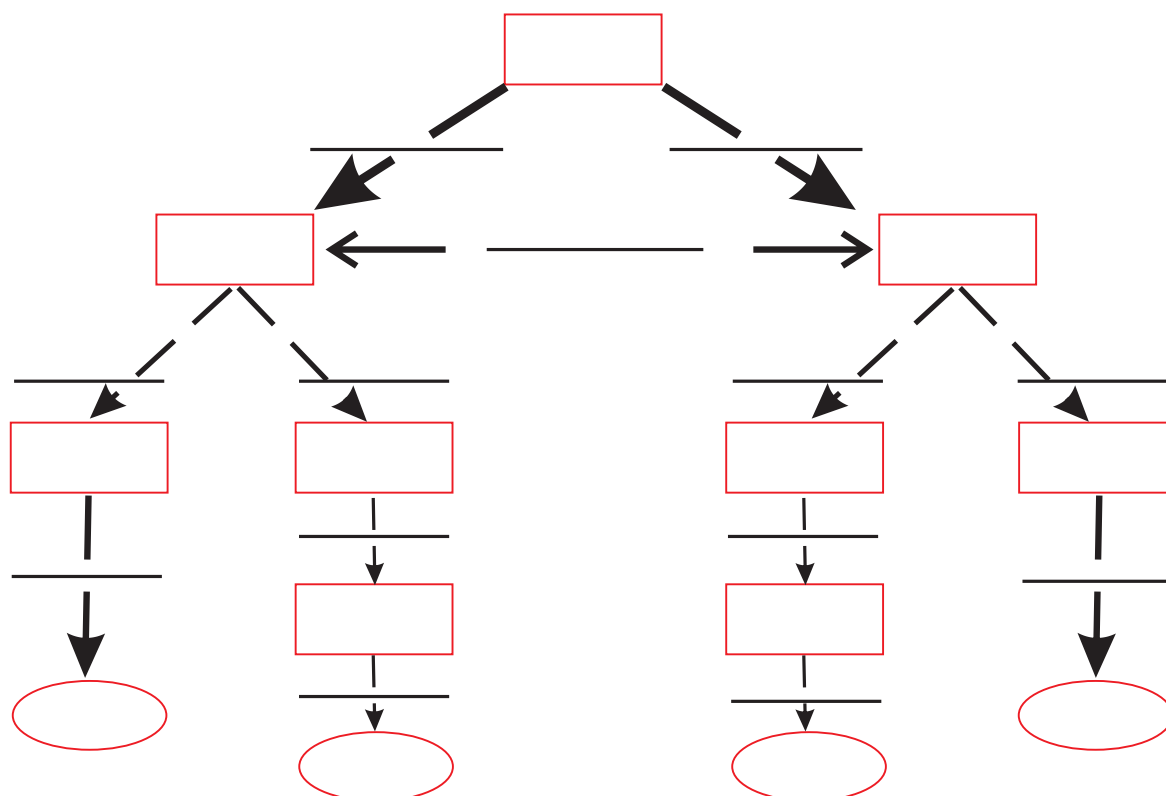
6. Nas linhas entre os retângulos escreva uma palavra que explique bem as relações entre os termos contidos nos retângulos.

7. Nos círculos escreva exemplos dos conceitos que você apresentou. Depois, nas linhas que ligam círculos e retângulos, escreva uma palavra que explique as relações entre as palavras neles contidas.

8. Caso queira registrar mais ideias, acrescente mais retângulos, círculos ou linhas no diagrama.

9. Por último, escolha um título que expresse o tema tratado no diagrama que você organizou:

TÍTULO: _____



Fonte: Alegro (2008) adaptado.



Ressaltamos que esse é um modelo que pode, e deve, ser alterado dependendo do público-alvo. É possível deixá-lo mais simples, contanto que a hierarquização seja respeitada.

Com as informações coletadas pelo mapa conceitual será possível o professor compreender o conhecimento que os estudantes estabeleceram com a temática da Ditadura de 1964-1985, e assim, direcionar a proposta que se segue, bem como o projeto de trabalho.

4.1.2 TEMA-GERADOR (TEMA-PROBLEMA)



Neste tópico iremos apresentar um caminho por um tema-gerador (tema-problema) que proporcione a análise, a interpretação e a crítica.

O projeto nasceu entrelaçado com a necessidade de discutir a Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional de 1964-1985, debater as violações de direitos humanos neste período, mas também fornecer ferramentas analíticas aos estudantes para compreensão dos crimes cometidos neste passado recente, como também os seus reflexos no presente. Para tanto, houve a preocupação do ensino de História para a vida prática.

O projeto que executamos teve um tema-gerador muito claro e delimitado, restrito, certo? Errado. Dentro dessa grande temática Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional de 1964-1985 no Brasil, pode-se desmembrar em vários outros. Vamos citar alguns:

O futebol durante a ditadura

O cinema durante os “Anos de chumbo”

A moda durante o Golpe Militar de 1964

A música brasileira de resistência à ditadura

A participação feminina na resistência à ditadura

O movimento LGBT durante o Golpe

Desaparecidos políticos da ditadura de 1964

Guerrilha do Araguaia

A luta armada no Brasil durante 1964

Os intelectuais e suas produções durante 1964

O Movimento Negro durante 1964

A Movimento Feminista durante a ditadura

A luta do campo durante 1964

Os “loucos” durante a ditaduras

A luta indígena durante 1964

A resistência pelo humor: Ziraldo e Henfil

A produção da arte popular

As igrejas e a ditadura

As novelas durante a Ditadura de 1964

Com todas as temáticas acima, podemos executar o projeto de trabalho com uma especificidade que foi própria do projeto que executamos: trazer à cena testemunhos de violações cometidas pelo Estado às vítimas da ditadura, estudá-los e compreender seu papel na dinâmica do país. Olhar a história através dos indivíduos, fazer um pouquinho o que a micro-história nos ensinou: modificar sua forma de ver o passado e de analisar sua trama.



Só um adendo sobre a micro-história

A abordagem da micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto ao visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão “micro” não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. É o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular. (REVEL, 1998, p. 20).

.A discussão há tempos realizada na historiografia sobre a micro-história chegou à sala de aula, no momento em que analisamos a ditadura de 1964-1985 através dos relatos orais de alguns protagonistas. De sujeitos identificados muito bem pelo sistema repressivo, reconhecemos o valor de seus nomes de batismo civil, bem como os de militantes. Trazê-los para o espaço escolar é tirá-los/tirá-las do anonimato. É lançar luz sobre suas identidades. Não as vendo como verdade irretocável, mas como forma de “enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais móveis” (REVEL, 1998, p. 23). Atentos à contribuição da micro-história para se compreender os cenários políticos da época, trouxemos aos 21 anos de ditadura pelo qual o país passou, a história de vida de alguns homens e mulheres, para compreendermos suas contradições, orientações e estratégias.

Outra contribuição de trabalhar a História nessa perspectiva, baseia-se no fato de que possivelmente seja a única experiência que os alunos terão com essa forma de ver a história. Pois a maneira como o currículo do Ensino Médio é organizado privilegia as grandes narrativas, excluindo o trabalho com a micro-história que poderia enriquecer demais o estudo e ensino da história.



4.1.3 ESTÍMULO À COOPERAÇÃO



Que haja o predomínio da atitude de cooperação entre os próprios alunos, bem como destes com o professor.

O projeto teve como premissa a autonomia do estudante, tudo era discutido e decidido de forma coletiva. Tal atividade requer por conseguinte um esforço do professor em não assumir uma postura centralizadora, caso contrário, o trabalho pode se tornar inviável, logo sem condições de ser executado.

Para o professor democrático, ao contrário, o projeto poderá correr bem, com outros embates porém; um deles é a necessidade constante de relembrar aos estudantes que as decisões são colegiadas, decididas coletivamente. Esse exercício será frequente e cansativo. Porém enriquecedor, pois experimentará os adolescentes a uma prática efetivamente democrática.

4.1.4 ESTABELECIMENTO DE CONEXÕES E QUESTIONAMENTOS



Que os percursos de aprendizagem favoreçam o estabelecimento de conexões e questionem a versão única da realidade.

Que as várias narrativas sobre o período ditatorial brasileiro sejam discutidas não apenas no sentido de criar o embate mas de compreender qual o local de fala de cada uma delas. Perceber como cada discurso foi construído e com que interesses.

A proposta é além da compreensão das disputas de narrativas, é colocar à disposição dos estudantes a documentação oficial, reconhecida pela historiografia, bem como apresentá-los a relatos orais das vítimas do Terrorismo de Estado.

Um bom exemplo que trouxemos para o projeto foram os relatos orais dos sequestros, prisões clandestinas, torturas, casos de desaparecimentos e assassinatos de inúmeros militantes da esquerda passaram; em contraposição ao discurso oficial de que não houve tais crimes cometidos pelos agentes do Estado e a mando desse sistema político repressivo.

Podemos através do projeto debater algumas narrativas que ainda permeiam a memória social de boa parte da sociedade.



Alguns mitos sobre 1964

- O Brasil ia virar Cuba;
- O golpe foi obra apenas dos militares;
- As forças armadas eram unidas;
- A ditadura brasileira foi branda;
- A tortura foi excesso de alguns;
- Não houve corrupção durante o governo dos militares;
- As cidades não eram seguras;
- A luta armada tinha como objetivo a democracia;
- Os subversivos ameaçavam o governo e a sociedade.

4.1.5 DIVERSIDADE DE FONTES



Cada caminho é singular e trabalhar com a diversidade de fontes é imprescindível.

Propomos o trabalho não apenas com fontes variáveis, mas também atraentes e estimulantes que possam surpreender os estudantes e, assim, possibilitar o engajamento pessoal.

Em tempos de negação da História, de questionamento quanto à liberdade de cátedra do professor, ouvir o relato de uma jovem, na época com 21 anos, que foi perseguida, presa, barbaramente torturada, feita de cobaia para uma aula de tortura como o que ocorreu com a hoje historiadora Dulce Pandolfi, pode oportunizar a reflexão. Apesar de ser um relato de tortura extremamente forte, o objetivo tem que ser para além da sensibilização. Tem que gerar a inquietação, o pensamento crítico. Para que o objetivo seja alcançado: a não naturalização dos crimes de lesa-humanidade cometidos pelo Estado Brasileiro.

Como escreveu Alberti (2014, p. 3) sobre seu projeto acerca da ditadura quando ainda era professora da educação básica

O objetivo é suscitar a reflexão dos alunos. É preciso saber passar de fase, nesse jogo: da sensibilização para a reflexão. Não adianta ficar chocado, só; com bolo no estômago, só. É preciso transformar o conhecimento em trabalho de reflexão: como foi possível chegarmos a esse ponto? Podemos dizer que as violações de direitos humanos e os horrores estão restritos a esse tema estudado? A tortura é um fenômeno restrito aos “porões da ditadura”? Aliás, por



que se repete que ela acontecia nos “porões” da ditadura, quando sabemos que ela acontecia a olhos vistos, no primeiro andar, no andar térreo, no segundo andar dos quartéis? E os casos que se repetem quase que diariamente no nosso país, de agentes do Estado violando os direitos humanos?

Para saber mais...

Depoimento de Dulce Pandolfi à Comissão Nacional da Verdade



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9CJYK3dpHfo>



4.1.6 A MULTIPLICIDADE DE CAMINHOS PARA A APRENDIZAGEM



Para Ausubel (1963) a aprendizagem significativa é um processo a partir do qual uma nova informação estabelece conexão de forma não arbitrária e substantiva ao conhecimento prévio do indivíduo. Portanto, quanto maior forem as possibilidades de caminhos para aprender estiverem à disposição do estudante, mais conexões com seus conhecimentos prévios ele poderá estabelecer e, assim, desenvolver uma aprendizagem significativa. Pois esse novo conhecimento passará a ter significado para ele.

Imbuídos desse intuito, o projeto teve várias possibilidades de trabalho para os estudantes discutirem a ditadura e criarem a partir dos novos conhecimentos que estavam sendo apreendidos.

No momento que o estudante teve que recontar a história de vida de uma militante, ele precisou percorrer caminhos da aprendizagem que a narração não daria conta, a mesma coisa ao elaborar perguntas para seu entrevistado, criar uma apresentação artística, uma dança, uma representação. Portanto, foi-lhes oferecido uma diversidade de caminhos pelos quais poderia ressignificar a ditadura.

4.1.7 ATIVIDADES MANUAIS



Valorizar a aprendizagem ligada à atividade manual e ao diversos saberes são maneiras de aprender.

Um dos pilares do projeto foi a aprendizagem através da arte. Ela poderia ser apresentada na elaboração e na confecção de um vídeo, na criação de uma coreografia, na escolha de uma trilha sonora, na escrita de poemas, na



criação e divulgação de materiais para as redes sociais do projeto. Respirávamos arte, pois entendíamos que ela era capaz de proporcionar caminhos para que os estudantes expressassem seu conhecimento e se fizesse entender através dela. Portanto, a arte perpassou todos os momentos do projeto, houve o incentivo para que os estudantes conhecessem a ditadura através dos produtos culturais produzidos naquele momento. Utilizar, portanto, tal linguagem ao trazer elementos do passado para o presente, representou um desafio constante.

Estimulados do pensamento que a arte pode ser incorporada ao ensino e aprendizagem da História, defendemos que proporcionar o trabalho com atividades práticas pode promover a descoberta e o desenvolvimento de diversos saberes.

Diante dos elementos defendidos por Hernández (1998) não no sentido de instrumentalizar o professor com uma receita de bolo, pronta e acabada, mas sim para oferecer pistas de que caminhos pelos quais pode se guiar, defendemos o trabalho com projetos como um dos percursos para promover uma aprendizagem significativa. E mais, uma aprendizagem para a vida.

Instigados desses propósitos, a ideia de compartilhar a experiência docente através de um projeto de trabalho é uma forma de dividir experiências com os demais colegas a partir de nossa vivência.

COMO CONSTRUIR UM PROJETO DE TRABALHO ?

5

Nos tópicos a seguir montamos um referencial de atividades que podem ser realizadas para promover a aprendizagem significativa sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira.

5.1 MAPEAR OS CONHECIMENTOS PRÉVIOS



Pedir que os estudantes respondam em um Formulário online, ou em papel impresso, seus conhecimentos prévios sobre o período de 1964-1985. Com essa informação o professor tem ideia com que público está trabalhando e se já houve questionamentos quanto a memória social da ditadura.

5.2 EXPLICAR O TRABALHO COM PROJETO



Expor o projeto com mais riqueza de detalhes. Explanando sobre o trabalho das equipes e suas atribuições.

Para que o projeto seja executado, fez-se necessária uma estrutura de organização, para que as demandas não sobrecarreguem o (a) professor (a) e a coordenação.

Para mais informações sobre Projeto de Trabalho acessar o link abaixo:



PROJETO DE TRABALHO



http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PESQUISA%20EM%20GEOGRAFIA/FERNANDO%20HERNANDEZ%20-%20PEDAGOGIA%20DE%20PROJETOS.pdf



http://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_AR



O projeto foi estruturado em três grupos: coordenação-geral, coordenação de sala e os estudantes. Abaixo descrevemos as características deles.

Quadro 1 - Características das equipes

EQUIPES	Características
COORDENAÇÃO GERAL	• Composta por um pequeno grupo de alunos. • Escolhida pelos próprios estudantes. • Responsável para gerir o projeto. • Responsável por passar todos os encaminhamentos deliberados nesse grupo para os coordenadores de sala. • Responsável por solucionar junto à coordenação de sala alguns problemas. • Responsável maior pelo Grupo de Trabalho de todo o projeto.
COORDENAÇÃO DE SALA	• Escolhida por cada sala para lhes representar. • Responsável para repassar as informações dada pela Coordenação Geral para sua respectiva turma. • Responsável pelo Grupo de Trabalho de sua sala.
ESTUDANTES	• Composta pelos alunos escolhidos em cada sala de aula.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

5.3 AULA PARA INTRODUIR A DISCUSSÃO PROPRIAMENTE DITA



Para atingir os estudantes esta aula pode ficar disponível através de plataformas online. O (A) professor (a) disponibiliza este material em alguma rede social, ou em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Há alguns inteiramente gratuitos, outros parcialmente, dependendo da quantidade de acessos. A partir do AVA os alunos podem acessar o material antes que o projeto se inicie.

Sugerimos dois caminhos para esse momento teórico. Primeiro, uma aula sobre a relação do futebol com a ditadura, em que mostramos como um assunto do cotidiano esteve entrelaçado pela política da época. Segundo, a moda, cuja preocupação é mostrar como a arte sentiu os efeitos da ditadura e mais, a entrelaçamento de civis com regime.

Trabalhamos com temáticas pouco exploradas nas aulas de História, nos livros didáticos, nos meios de comunicação, pois temos como propósito despertar a curiosidade epistemológica.



5.4 AULA TEÓRICA TEMA “FUTEBOL - QUASE UMA UNANIMIDADE NACIONAL”



Uma paixão para boa parte dos brasileiros, o futebol é um dos assuntos que poucos conseguem relacioná-los à política. Sobretudo se relacionamos o uso político dele. Como carecemos de entender esse esporte como uma produção social, cultural e política, desenhamos uma aula para que a partir de uma tema do cotidiano possamos nos aproximar dos estudantes principalmente daqueles avessos à política, que repetem continuamente: “política não se discute”.

Inúmeros historiadores e jornalistas debruçaram-se sobre a relação da Ditadura com o futebol. Entretanto, a discussão carece ser mais explorada na escola e nos livros didáticos. O futebol desperta paixões, mas não o vemos sendo explorado como tema nas aulas de história e sua relação política. O que favorece a sua utilização para os mais diversos fins, o uso pela ditadura está entre elas.



A primeira atividade é apresentar aos estudantes documentos da década de 60, no caso fotografias e jornais da época.

No que tange ao uso das fontes históricas vamos incentivar a analisá-las com um olhar crítico e minucioso. Nesse momento, queremos ensiná-los a ir em busca da origem de determinada informação, questioná-la, colocá-la à prova. Ou seja, estimulá-los a pensar historicamente: levar em consideração o contexto em que foi produzida, ou seja, quando, onde, por quem, em que momento histórico.

Ah nossa paixão...



Imagem 1 - Garrincha do Botafogo e Pelé do Santos compartilham uma piada antes de um jogo em 1963.



Fonte: Fifa, 1963. Disponível em: <https://www.fifa.com/photos/galleries/botafogo-imagens-1657802#botafogo-garrincha-and-pele-santos-share-joke-ahead-game-1963-1322395>. Acesso: 10 nov. 2020.

ATIVIDADE 1

Os estudantes deverão responder às seguintes questões:

- Quem tirou a fotografia?
- Ela é verdadeira?
- Como saber se ela é verídica?
- Quem são os indivíduos que aparecem nela?
- Qual o contexto dela? Que jogo foi esse?
- A fotografia parece antiga?

Em uma pesquisa rápida os estudantes chegarão ao site da Fifa que compartilhou a fotografia. Entretanto, eles verificarão que não há o nome do fotógrafo. Também não sabemos exatamente que jogo foi esse, pois em 1963 Botafogo e Vasco jogaram inúmeras vezes em um dos campeonatos mais importantes da América Latina que é a Taça Libertadores que na época chamava-se Copa dos Campeões Sul Americanos. Além disso, a fotografia se encontra em perfeito estado, parecendo que sofreu efeitos visuais ao ser compartilhada na internet.

Diferentemente da fotografia acima, o site Folha Press disponibiliza fotografias sem efeitos visuais e trazendo informações sobre a imagem que ajudam a compreendermos melhor o contexto da imagem.



Imagem 2 - Print do site FolhaPress

folhapress.folha.com.br/foto/15722229

Fotos / Detalhe

[< Voltar](#) | [Imprimir](#) | [A + - Tamanho do texto](#)



Copa do Mundo de Futebol, 1962: o

Código: 15722229
Data do Conteúdo: 17/06/1962
Inclusão no Site: 17/04/2020 19:11:17
Assunto: Futebol
Legenda: SANTIAGO, CHILE, 17-06-1962: Copa do Mundo de Futebol, 1962: o jogador Didi, da Seleção Brasileira, ergue a taça Jules Rimet, após a vitória da Seleção Brasileira contra a Seleção da Tchecoslováquia, por 3 a 1, em jogo válido pela final da Copa do Mundo de 1962, no Estádio Nacional de Chile, em Santiago (Chile). (Foto: Silvio/Acervo UH/Folhapress)
Serviço/Categoria: Banco de Imagens / Esporte / Futebol, Banco de Imagens / Esporte
Crédito: Acervo Última Hora/Folhapress
Dimensão: 28cm x 28cm
Tamanho: 11.02 megapixels
Resolução: 300 dpi
Palavras-chave: Comemoração; Jogador; Jogo; COPA DO MUNDO; Futebol - esporte; Seleção brasileira; Seleção da Tchecoslováquia; Taça - troféu

[Download](#)

Especiais >>

Não há lightboxes disponíveis.

Fonte: Acervo Última Hora/Folhapress. **Disponível em:** <https://folhapress.folha.com.br/foto/15722229>.
Acesso: 10 jan. 2020.

ATIVIDADE 2

Respondam:

- Será que é necessário que toda fotografia veiculada na internet tenham que tipo de informação?
- O historiador, ao trabalhar com um documento histórico como a fotografia, que tipo de cuidados ele deveria ter?
- Só o historiador deve ter essa preocupação com a fonte histórica?
- Essas questões podem nos ajudar no dia a dia?

Após essa breve discussão sobre fontes históricas, propomos agora a observação das imagens que se seguem. Elas falam um pouco do futebol na década de 1960.



Imagem 3 - Pelé comemorando a vitória da Copa do Mundo com o presidente Médici em 1970.



Fonte: Roberto Stuckert/Folhapress. Disponível em: <https://folhapress.folha.com.br/foto/13790517>
Acesso: 10 jan. 2020.

Imagem 4 - Presidente Garrastazu Médici comemorando vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970.



Fonte: Roberto Stuckert/Folhapress. Disponível em: <https://folhapress.folha.com.br/foto/805991>
Acesso: jan 2020.



Abaixo a imagem de uma matéria do Jornal do Commercio de 1970 sobre a Copa do Mundo daquele ano disponibilizada pela BNDigital.

ATIVIDADE 3

Pedir que os alunos entrem nos acervos digitais do Jornal do Commercio e da Folha de São Paulo e analisem as matérias. O que queremos é ensiná-los a navegar nos respectivos acervos digitais.

Imagem 5 - Charge do Jornal do Commercio (RJ) de 3 de junho de 1970.



Fonte: Jornal do Commercio. Disponível em: <http://memoria.bn.br> Acesso: 10 jan. 2020.

Imagem 6 - Matéria do Jornal Folha de São Paulo de 22 de junho de 1970



Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/> Acesso: 10 jan 2020.



ATIVIDADE 4

Assistir ao vídeo e escutar a música da Copa do Mundo de 1970.



Letra da música tema da Copa de 1970

Noventa milhões em ação
Pra frente Brasil, no meu coração
Todos juntos, vamos pra frente Brasil
Salve a seleção!!!
De repente é aquela corrente pra frente,
Parece que todo o Brasil deu a mão!
Todos ligados na mesma emoção,
Tudo é um só coração!

Todos juntos vamos pra frente Brasil!
Salve a seleção!
Todos juntos vamos pra frente Brasil!
Salve a seleção!

Somos milhões em ação
Pra frente Brasil, no meu coração
Todos juntos, vamos pra frente Brasil
Salve a seleção!!!
De repente é aquela...



ATIVIDADE 5

Responder às questões que se seguem:

- Que mensagens ela transmite?
- Há algum interesse do governo militar em relação ao futebol?
- Quem era o presidente militar em 1970?
- Que ações marcaram seu governo?
- Houve uso político do futebol?

ATIVIDADE 6

Assistir ao documentário “Memórias do Chumbo – o futebol nos tempos do Condor”. Fonte: Youtube.



ATIVIDADE 7

Questione-se e responda:

- Você já tinha ouvido falar que nos clubes de futebol havia diretores que emprestavam casas, sítios para que os militares e policiais civis praticassem atos de tortura?
- Você sabia que houve um ex-jogador que se tornou responsável pelo sequestro de dois uruguaios durante a ditadura?
- Você sabe o que é Terrorismo de Estado?



Para saber mais...



PROJETO DE TRABALHO

Documentário Operação Condor

 <https://www.youtube.com/watch?v=f6TFEsuodUg>

Para pesquisar mais ...

Operação Condor

 <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>

Mais informações

 https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Condor

A história do irmão de Zico torturado pela ditadura

 <https://www.youtube.com/watch?v=EWTvDZ5v38Y>

Com essas informações e atividades pensamos em disponibilizar materiais, que o professor motive os estudantes a partir de seus conhecimentos prévios a se depararem com novas informações e serem incentivados a compreender o que foi a Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional implementada a partir de 1964.

“Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”

Frase atribuída ao Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, um dos coordenadores do projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), organizado no final da década de 1970 por advogados e religiosos ligados à Arquidiocese de São Paulo para obter informações e evidências de violações aos direitos humanos praticadas por agentes do aparato repressivo do Estado durante a ditadura militar (naquela época ainda em curso) junto ao Superior Tribunal Militar (STM). (BALESTRA, 2015, p.23).



5.5 AULA TEÓRICA TEMA “NAVEGAR É MAIS DO QUE PRECISO”



Nesta aula, vamos discutir a diversidade de fontes históricas, entre elas os jornais que podem ser acessados em locais de memória como os arquivos públicos, institutos, fundações, bibliotecas; muitos dos quais estão disponíveis na internet.

Ao tratar sobre os acervos queremos ampliar as informações que talvez o estudante já tenha sobre os locais de memória e a importância de sua preservação e disponibilização via internet.

No que tange à ditadura é importante conhecer e acessar os sites que tratam sobre a documentação.

ATIVIDADE 8

Navegar pelos quatro sites abaixo que guardam e disponibilizam para consulta documentos sobre a Ditadura Civil-Militar de 1964-1985.

- Site Memórias da Ditadura - <http://memoriasdaditadura.org.br>
- Site do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas - <http://www.memoriasreveladas.gov.br>
- Site da Comissão da Verdade de Pernambuco - <https://www.comissao.daverdade.pe.gov.br/index.php/ficha-dops>
- Site do Arquivo Público do Estado de São Paulo - http://www.arquivo.estado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/deops_ficha

Verificamos na execução do projeto na escola a importância de momentos com a pesquisa mais direcionada e planejada pelo professor que diante das inúmeras demandas docentes, só com este material tivemos condições de pensar calmamente como propor atividades para os estudantes que fundamentassem melhor sua compreensão sobre algumas informações sobre o período. Para tanto, reforçamos que o professor pode disponibilizar essas aulas em plataformas digitais e cobrar sua leitura.

É importante evidenciar que vários documentos dos governos militares estão inacessíveis para o público, sendo restrito o acesso a parte de toda documentação produzida no período. Somando essa dificuldade de acesso à fontes da época, há um elemento ainda mais grave, a queima, o descarte de documentos, o que impossibilita o estudo a partir deles.

No caso das instituições estaduais, muitos documentos foram resgatados no período pós-ditadura, sobretudo os documentos da antiga Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).



A DOPS foi criada em 1924 com o propósito de impedir e debelar crimes de ordem política e social que ameaçassem a segurança do Estado, porém na estruturação da Doutrina de Segurança Nacional, ela foi mais um órgão reestruturado com o objetivo da informação articulada com outros órgão.

De acordo com Marcília Gama (2007), a DOPS executou um trabalho bem sucedido nos anos 1940 quando monitorou durante décadas as atividades e vida dos indivíduos e trabalhou coletivamente; sendo em 1964 reeditada com a interação da Escola Superior de Guerra e as secretarias de segurança estaduais, as Forças Armadas, os organismos de informações locais e nacionais como apoio da Central Intelligence Agency (CIA) E Federal Bureau of Investigation (FBI).

A documentação da DOPS mostrou-se bastante importante para compreendermos a ditadura brasileira, pois contém documentos burocráticos, como ofícios, relatórios, fichas de identificação criminal (prontuários), fotografias, documentos relativos aos órgãos que estavam sob vigilância (movimento estudantil, sindicatos, igrejas); e também outros documentos produzidos por terceiros mais que eram importantes para a investigação, como recortes de revistas e jornais.

ATIVIDADE 9

Assistir à entrevista da historiadora Marcília Gama, ex-funcionária do Arquivo Público Jordão Emerenciano (arquivo do estado de Pernambuco) em que relata a importância da documentação da DOPS.





ATIVIDADE 10

Recomendamos que assistam ao vídeo do canal da TV Brasil que trata de documentos ultrassecretos disponibilizados pelos Estados Unidos. O teor da documentação é a troca de informações entre os governos estadunidense e o brasileiro.



ATIVIDADE 11

Construa um mapa conceitual sobre as discussões dos dois vídeos. Atentando para o conceito Doutrina de Segurança Nacional, Terrorismo de Estado e tortura.

PROJETO DE TRABALHO: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

Organizamos a estrutura do projeto que executamos sistematizado em passo a passo para que o (a) professor (a) tenha clareza de sua estrutura.

Vale salientar que desejamos compartilhar um processo de trabalho e pôr à disposição de professores as reflexões que podem ser extraídos dele.

Quadro 2 - Mapeando o Projeto de trabalho “Adote uma Memória – construa nossa História”

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Discutir, problematizar e gerar aprendizagem significativa de temas sensíveis na História do Brasil, mais especificamente o da Ditadura Civil-Militar de 1964-1985.	• Refletir sobre o conceito de tema sensível na História. • Discutir o conceito de ditadura civil-militar. • Aprender a navegar pelos acervos digitais de documentos históricos. • Conhecer os repositórios de documentos da ditadura. • Aprender a navegar nos repositórios de documentos da ditadura. • Debater sobre a participação dos civis antes da instalação da ditadura, bem como em sua instauração. • Discutir os conceitos: memória, ditadura, revolução, golpe, Doutrina de Segurança Nacional, subversão, terrorismo, Terrorismo de Estado, luta armada, estado de sítio, ato institucional, censura, habeas corpus, carta outorgada, cassação de mandato, anistia, guerrilha, crime de lesa-humanidade, direitos humanos, democracia. • Desenvolver a capacidade de se expressar através da arte. • Estimular a criatividade dos estudantes. • Desenvolver a habilidade de trabalho em equipe. • Discutir o papel da Comissão Nacional da Verdade em investigar e dar visibilidade aos crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura.



PASSO 1	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS
Fazer um questionário fechado.	Uma semana para todos responderem (2ª semana de fevereiro)	Questionário online
OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS
Mapear os conhecimentos prévios dos estudantes sobre a ditadura civil-militar de 1964.		• Elaboração de um questionário online para ser respondido pelos estudantes. • Todos os estudantes deverão responder ao questionário online.
PASSO 2	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS
Apresentação do projeto	Uma hora (1ª semana de março)	• Computador • Projetor • Apresentação de slide
OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS
Apresentar o projeto para gerar estímulo nos alunos para participarem		Elaboração de um material em slide para expor as linhas gerais do projeto.
PASSO 3	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS
Discussão sobre a ditadura de 1964-1985.	Três meses (março/abril/maio)	Plataforma de compartilhamento de material online.
OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS
• Aprender a navegar pelos acervos digitais de documentos históricos. • Conhecer os repositórios de documentos da ditadura. • Debater sobre a participação dos civis antes da instalação da ditadura, bem como em sua instalação.		• Utilização do Google Sala de aula para discutir questões teóricas sobre a ditadura civil-militar brasileira implementada a partir de 1964. • A partir do material disponibilizado na plataforma os alunos deverão utilizar para ampliar seus conhecimentos teóricos sobre o período ditatorial de 1964-1985. • O professor irá na plataforma observar a participação dos alunos, bem como tirar dúvidas, propor outras atividades, avaliar o desempenho deles. Ou seja, interagir com a finalidade de gerar o aprendizado. • Que a plataforma online seja utilizada como mais um recurso gerador de questionamentos sobre o período estudado.



PASSO 4	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS
Plano de divulgação do projeto	Do início do projeto até a eleição de uma nova coordenação	• Computador • Internet • Máquina fotográfica ou celular • Câmera filmadora ou celular • Espaço na nuvem para armazenamento das informações • Aparelho de áudio e som • Aparelho portátil de iluminação • Autorização dos pais e da escola para a divulgação do projeto nas redes sociais
OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS
• Montar todo o plano de marketing e divulgação do projeto. • Garantir que os estudantes que gostam de trabalhar com artes gráficas e/ou redes sociais possam desenvolver suas capacidades. • Trabalhar coletivamente. • Estimular a compreensão de que as redes sociais podem também ser um espaço de divulgação de conteúdo didático. • Estimular o trabalho em rede com a divulgação do projeto para outras escolas.		• Essa deverá ser a primeira equipe a ser formada, pois assim desde o início do projeto teremos as informações armazenadas adequadamente. • Criação pelo GT da mídias de todo material gráfico do projeto. • Deverão criar o plano de marketing que resumidamente consiste em planejar as ações do marketing do projeto com o objetivo de ampliar o alcance do projeto. Tendo muito claro que o nosso maior objetivo é discutir sobre a ditadura civil-militar e aprender nesse processo. • Criação de páginas/perfis em redes sociais. • Produção de conteúdo para divulgação nas redes sociais de materiais relevantes sobre a ditadura • Compartilhamento do que as equipes e salas estão desenvolvendo através das redes sociais • Armazenamento na nuvem de todo o material criado pelo projeto.
PASSO 5	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS
Escolher os indivíduos que serão objeto de pesquisa e trabalho do projeto.	Duas semanas (1ª e 2ª semana de março).	Redes sociais



OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS	
• Pesquisar sobre homens e mulheres que atuaram na resistência ao golpe civil-militar. • Mobilizar os estudantes para o projeto.		Com a pesquisa anterior sobre pessoas que participaram da resistência à ditadura, podemos escolher esses indivíduos apenas com as coordenações, ou realizar uma grande eleição com toda a escola. Essa última estratégia mobilizaria a escola para o projeto. Bem como para despertar a curiosidade dos alunos sobre as histórias de vida das pessoas em questão.	
PASSO 6	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS	
Pesquisa histórica sobre a história de vida que será centro do projeto.	Um mês (junho)	• Entregar a pesquisa sobre o militante com o contexto histórico. • A atividade pode ser enviada online para o Google Sala de Aula.	
OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS	
• Pesquisar sobre homens e mulheres que atuaram na resistência ao golpe civil-militar. • Incentivar a leitura do material disponibilizado no ambiente virtual. • Promover a pesquisa sobre a ditadura. • Observar se os elementos discutidos no ambiente virtual, foram incorporados nos trabalhos apresentados.		• Os estudantes deverão entregar um trabalho escrito sobre o contexto histórico e cultural do período da ditadura. • Também deverão pesquisar sobre a história de vida do indivíduo que o projeto está envolvido.	
PASSO 7	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS	
Seguir com as discussões/reuniões	Nove meses	Espaço propício para reuniões	
OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS	
• Debater as questões do projeto sobretudo os problemas e impasses. • Encontrar coletivamente soluções para tais problemas. • Exercitar a empatia.		• Encontros semanais ou quinzenais para discutir tudo do projeto. • Essas reuniões podem ser algumas para tirar dúvidas sobre os materiais disponibilizados no ambiente virtual. Bem como podem ser sessões de cinema sobre a temática.	



OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS	
Estimular o diálogo para conseguir mediar conflitos.		- Podemos também promover um bate-papo com profissionais que se envolveram diretamente na resistência à ditadura, como advogados, representantes da Comissão Estadual da Verdade. Ou ainda convidar essas pessoas para esses encontros. - Podemos promover esses encontros no formato de <i>live</i> e não apenas com a coordenação, mas com todos os estudantes da escola. Já que online podemos atingir um número maior de pessoas, inclusive a comunidade escolar como um todo. - Esses encontros podem ser em qualquer rede social do projeto que favoreçam a discussão. Com a possibilidade de convidar pessoas de todo o Brasil. Mais um recurso da internet que podemos incorporar.	

PASSO 8	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS
Aula de campo	Uma manhã ou tarde	- Acordo com a gestão para a aula externa. - Autorização dos responsáveis legais para a aula de campo.

OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS	
- Levar os coordenadores para uma aula de campo por algum lugar de memória da ditadura. - Possibilitar que os estudantes se aproximem ainda mais da temática através do que a ditadura deixou como marcas na cidade. - Desenvolver a aprendizagem significativa.		- Visitação de espaços públicos e/ou privados que tiveram relevância no período da ditadura. - Nessa aula de campo aproveitar para gravar vídeos para alimentar as redes sociais e divulgar o trabalho também de pesquisa da coordenação.	

PASSO 9	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS
Realização da entrevista	Dois meses (junho/julho)	- Recursos para gravar a entrevista que pode ser presencial ou online. - Autorização caso não se realize na escola



OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS	
• Coletar depoimento oral ou escrito como recurso para compreender a participação desse sujeito na resistência da ditadura. • Compreender a importância dos relatos orais para o trabalho da história. • Desenvolver a empatia, entretanto, mais ainda, entender ainda mais sobre 1964-1985 através de um indivíduo que viveu a época. • Estimular o entendimento das contradições da oralidade.		• A equipe da entrevista deverá estudar anteriormente sobre História Oral. • Deverá em um grupo de conversas online, coletar as perguntas que a turma quer que sejam feitas a pessoa que entrevistaremos. • Deverá entrar em contato com o entrevistado e verificar sua disponibilidade. • A coleta da entrevista poderá ser feita através do melhor meio de comunicação para o entrevistado. • Caso seja presencial, deveremos estar municiados de todos os equipamentos necessários, bem como autorizações caso não seja na escola. • Compartilhar com o GT Apresentação a entrevista para que eles elaborem a parte artística de acordo com a história de vida da pessoa pesquisada. • Entregar para o GT Mídias o material da entrevista para que fique armazenado • O professor deverá participar das entrevistas.	
PASSO 10	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS	
Criação do vídeo	Iniciar os trabalhos após a realização da entrevista e entregar o vídeo no prazo de uma semana antes da culminância.	• R e c u r s o s d e filmagem • Autorização caso não se realize na escola.	
OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS	
• Estimular através da arte visual a compreensão do entrelaçamento entre a história de vida de um sujeito e a história “macro”. • Contar a história de vida de um indivíduo na luta contra a ditadura • Desenvolver a criatividade do aluno trabalhando com história e artes visuais • Promover o trabalho coletivo • Estimular a criatividade • Desenvolver a aprendizagem significativa • Compreender as contradições do discurso oficial dos governantes militares e as vivências de seus opositores.		• Montagem do vídeo sobre a participação do indivíduo na resistência à ditadura. • Esse material deverá estar pronto, uma semana antes da culminância.	



PASSO 11	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS
Preparação para a apresentação na culminância	Do início do projeto até o dia da culminância.	Os materiais requeridos variam de apresentação a apresentação, portanto não vamos especificá-los
OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS
- Trabalharemequipe. - Desenvolver habilidades relacionadas com as artes. - Demonstrar através das artes a compreensão de um tema sensível como é a ditadura.		- Nesse momento o GT Apresentação irá organizar os ensaios gerais. - Nos 15 dias que antecedem a culminância, marcamos os ensaios gerais e fazemos as adequações.
PASSO 12	TEMPO DE DURAÇÃO	MATERIAIS
Apresentação artística do projeto	- Oito horas distribuídas em quatro pela manhã e quatro pela tarde durante o mês de novembro. (definir quantos ensaios semanais)	- Convite (digital) - Material de divulgação (digital) - Material com a programação (digital) - Equipamento de som - Iluminação - Material de limpeza - Equipe de apoio - Microfones - Camisas do projeto
OBJETIVOS		ESTRATÉGIAS
Expressar através de variados recursos e expressões o aprendizado histórico sobre a ditadura civil-militar de 1964-1985.		- Culminância, momento em que os convidados, os trabalhadores da escola, e a comunidade escolar poderão prestigiar as apresentações dos alunos e verificar o que conseguiram aprender. - Sempre convidamos os indivíduos que nos contaram parte de suas vivências para estarem na primeira cadeira do auditório, na falta destes, convidamos familiares e quem nos concedeu a entrevista.

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

Além da culminância o professor pode incentivar os estudantes a construir online, ou não, um portfólio, com o registro de todas as atividades desenvolvidas por eles. Esse material pode ser um recurso de avaliação da aprendizagem significativa, da aprendizagem histórica, da ressignificação dos mitos sobre a ditadura, bem como uma memória do próprio projeto.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Nós professores e professoras realmente temos por hábito desafiar a vida, tornamo-nos docentes, muitas vezes, contrários ao que almejaram para nós, ou ainda, fomos os primeiros a adentrar em uma universidade. Escolhemos uma profissão árdua em que somos desafiados a tornar o saber acadêmico em conhecimento cognoscíveis a crianças e adolescentes. Além disso, temos que dominar os mecanismos que podem desenvolver a aprendizagem significativa. Somado a isso, parte da sociedade desafia o conhecimento histórico e a liberdade de cátedra fazendo questionamentos constantes sobre o trabalho docente.

Pois bem, utilizamos essas palavras para reafirmar que o Projeto de Trabalho com e sobre um tema sensível, em um momento político de retrocessos, é mais uma vez caminhar na contramão.

Mas as adversidades são feitas para serem ultrapassadas, este material, portanto, segue em tal sentido, em dar subsídios para discutir a Doutrina de Segurança Nacional através de um material de apoio.

Quando demos continuidade ao Adote uma Memória, aprendemos na tentativa e erro, sobretudo porque em uma escola técnica de tempo integral as limitações para um projeto como o que executamos mostraram-se ainda maiores. Mas foi possível. E continua sendo imprescindível criar estratégias de ensino que reafirme “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, porque compreendemos o passado através das lentes da História, e para que lutemos para reafirmar os Direitos Humanos ontem, hoje e sempre.

Forte abraço!

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Os muitos véus da impunidade**: sociedade, tortura e ditadura no Brasil. Texto apresentado na Fundação Humberto Delgado, Lisboa, no colóquio sobre impunidade realizado entre 20 e 21 de maio de 1999. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/aarao.htm>>. Acesso em: 05 jan. de 2020.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; AARÃO REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. Ditadura e democracia: questões e controvérsias. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

_____. Ditadura, anistia e reconciliação. In **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v. 23, n° 45. jan.-jul. de 2010.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. ZAHAR, 2000.

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. (Palestra). **COLÓQUIO NACIONAL HISTÓRIA CULTURAL E SENSIBILIDADES**, Caicó (RN), Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 17-21 nov. 2014.

_____. **Manual de história oral**. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.

ALEGRO, Regina Célia. **Conhecimento prévio e aprendizagem significativa de conceitos históricos no Ensino Médio**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

ANDRADE, Juliana Alves de; GIL, Carmem Zeli de Vargas; BALESTRA, Juliana Pirola. Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis. **História Hoje**: Revista de História e Ensino. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/458>. Acesso: 10 fev. 2019.

ARAÚJO, Maria Paula (org.). **Ditadura militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. Disponível em: cjt.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/02/CA.-Ditadura-Militar-e-Democracia-no-Brasil_-Hist%C3%B3ria-Imagem-e-Testemunho.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: **Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e social do Rio**



Grande do Sul (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. **Brasil e Argentina:** ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

BRASIL, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Página inicial. Disponível em: <cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 20 de set. 2020.

EUGENIO, Jonas Camargo. **Travessias:** encontros com migrantes e ensino de questões sensíveis. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes & OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação:** os projetos de trabalho. Fernando Hernández; tradução Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** 5.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MONTENEGRO, A. T.; RODEGHERO, C. S., ARAÚJO, M. P. **Marcas da memória:** história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985).** Estudos Ibero – Americanos, Porto Alegre, v. 43, . 346-366, 2017. Disponível em : <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766>. Acesso em: 23 de jun. 2020.

OLIVEIRA, David Barbosa de; REIS, Ulisses Levy Silvério dos. A Teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/download/45326/33391. Acesso em: 10 out. 2020.

PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. **A ditadura civil-militar em sala de aula: desafios e compromissos com o resgate da história recente e da memória.**



Ensino de História - Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: EST, 2010, p. 183-201. Disponível em: www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/Texte%20Alessandra-Enrique.pdf. Acesso em: 01 fev. 2020.

PADRÓS, Enrique Serra. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: os desaparecidos políticos. **História em Revista**, Pelotas, v.10, p. 153-168, dez. 2004. Disponível em: periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11658. Acesso em: 01 fev. 2020.

PRESOT, Aline Alves. **As marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe militar de 1964**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; CONTIJO, Rebeca (Orgs.). **O ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

SILVA, Marco. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil - 1964- 1985). **Antíteses**, Londrina, vol. 2, n.3, jan.-jun. de 2009, p. 33-34. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/2480/2184> Acesso em: 10 jan. 2020.

SILVA, Aline de Vasconcelos. João Goulart e as Reformas de Base. **TEXTOS E DEBATES, Boa Vista**, n.32, p. 5-20, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/viewFile/4182/pdf>. Acesso: 01 out. de 2020.

CÍNTIA VIRGÍNIA SALES

Professora de História da rede Estadual de Pernambuco, militante da esquerda e pesquisadora do Ensino de História da Ditadura Civil-Militar brasileira de 1964-1985.



**“ Para que não se esqueça,
para que nunca mais aconteça ”**



ADOTE
UMA MEMÓRIA
CONSTRUA NOSSA HISTÓRIA